

# MANIFESTO PARA A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL

Fernando dos Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e  
Presidente do CRUL – Conselho de Reitores das Universidades  
Lusófonas

O badalado «Manifesto para a Educação da República», aparecido na imprensa do dia 12 de Fevereiro de 2002, não passaria, como já foi insinuado com alguma coragem e com toda a evidência, de um documento bem intencionado mas perfeitamente inócuo e inútil, pleno de acagianos truismos e de unanimistas generalidades. Isto para além daqueles traiçoeiros lapsos de um outro tempo epistemológico, que falam da necessidade de «adquirir, aplicar e criar conhecimento, muito particularmente o conhecimento científico» (como se a economia, a sociologia e as chamadas ciências humanas e sociais não devessem ser consideradas como verdadeiro «conhecimento científico» e como verdadeiras «ciências»...).

As reais questões da Educação em Portugal são substancialmente outras e «Estudos» como os recentemente levados a cabo por Roberto Carneiro, Marçal Grilo, Veiga Simão, Alberto Amaral, Pedro Lourtie, António Teodoro ou pelo «Conselho Nacional de Educação», (e até as «Duas Propostas Modestas» de António Barreto no Jornal «Público», de 10 de Fevereiro de 2002) se revelam muito mais pertinentes e muito mais interessantes do que este pomposo «Manifesto para a Educação da República».

Como tenho recorrentemente proclamado e escrito, designadamente em «Onze Teses sobre o Ensino Superior em Portugal e no(s) Espaço(s) Lusófono(s)» (Anuário da Educação, 1999-2000), é, hoje, evidência axiomática e imperativo categórico a necessidade de que se torne, finalmente, «legislação aplicável, aplicanda e aplicada» a grande conquista democrática e revolucionária do «Ensino Universal, Obrigatório e Gratuito», norma que, hoje, se deve estender não só ao «Ensino Primário», como no tempo dos nossos Avós e ao «Ensino Secundário», como no tempo dos nossos Pais, mas também ao «Ensino Superior», que constitui a verdadeira alfabetização do nosso tempo e o essencial motor de modernização, democratização e desenvolvimento das sociedades contemporâneas (e, conseqüentemente, também da Sociedade Portuguesa, se quisermos ser «contemporâneos» não apenas a nível da cronologia...). Por isso mesmo, quando se reconhecerá, efectivamente, o direito de todos os cidadãos ao «Ensino Superior» e se enterrará, definitivamente, a prática do «*numerus clausus*», que significa o massacre de milhares de jovens e a condenação de um País ao subdesenvolvimento? Infelizmente, ainda não perderam actualidade as palavras duras do Ministro Mariano Gago contra «todos os imbecis que continuam a dizer que há doutores e estudantes universitários a mais», palavras extensivas a todos aqueles que, semanal e «expressamente», continuam a pregar, contra a evidência factual e estatística, que os diplomas são o «caminho mais curto para o desemprego» e a aplaudir «os reitores que têm a coragem de suprimir os cursos de Humanidades, que não estão a dar»... Já agora e a propósito do Ministro Mariano Gago, esperemos que a sua tanto mais notável quanto não propagandeada obra no fomento da Investigação Científica e Tecnológica nacional tenha a continuidade que merece e de que o desenvolvimento do País precisa!

Manifesto para a educação...

E quando se acabará com as actuais limitações dos «Exames Ad-hoc», que datam de um outro tempo e de uma outra mentalidade, abrindo as portas do Ensino Superior a uma real «educação-formação permanente» e a uma verdadeira «aprendizagem ao longo da vida» e começarão as Universidades Portuguesas a tomar a sério a «Declaração de Bolonha», abandonando de uma vez por todas as suas manias provincianas de se considerarem «orgulhosamente melhores e orgulhosamente sós»?

Dito isto, o que é necessário e urgente fazer na Sociedade Portuguesa, para que todas as «boas intenções» ou, pelo menos, as «boas palavras» como as do «Manifesto para a Educação da República» passem a «boas acções» e transformem a realidade da Educação em Portugal?

1. Antes de mais e glosando a célebre fórmula de que não pode haver «Democracia sem Democratas» nem «Revolução sem Revolucionários», deve dizer-se, sem que tal implique tácticas cedências a sindicalismos exagerados e estreitos ou a exagerados e estreitos facilitismos juvenis, que, por um lado, nunca será possível qualquer Ensino de qualidade em Portugal sem Ensinantes de qualidade e que nunca haverá Ensinantes de qualidade sem requalificação científico-pedagógica e salarial dos mesmos; e que, por outro lado, a gerontomania dominante de considerar os jovens hodiernos como ignorantões e como a «geração rasca» já foi há muito diagnosticada pelo poeta Horácio, que falava dos eternos «louvadores dos tempos antigos». Os Ensinantes e os Ensinados, os Professores e os Alunos serão sempre os elementos e os agentes primordiais e insubstituíveis de qualquer Educação digna deste nome.
2. Em segundo lugar e com a devida vénia, permito-me retomar parte do texto das referidas «Propostas Modestas» de António Barreto (jornal «Público» de 10 de Fevereiro de 2002):

«O Sistema Educativo Português sofre, entre outros, de um defeito terrível: é excessivamente uniforme, integrado e centralizado... Se lhe retirarmos, parcial ou totalmente, aqueles três atributos, não se eliminarão, de repente, todos os defeitos, mas criar-se-ão condições e estímulos para que estes sejam eficazmente combatidos. Por outras palavras, se for diverso e descentralizado, o sistema educativo será mais bem administrado e susceptível de melhoria...»

Será que, finalmente, aos famosos três «DDD» de «Descolonização, Democratização e Desenvolvimento» do «programa» do «25 de Abril de 1974», haverá a coragem de acrescentar, também no campo do Ensino e no sentido mais amplo, o quarto «D» da «Descentralização»?

3. Finalmente e sobretudo, e remetendo para os numerosos textos que sobre a matéria ultimamente produzi, como é possível esquecer

num «Manifesto para a Educação da República», uma das fundamentais linhas divisórias entre «os antigos e os modernos», que tem a ver com as relações e a distribuição de competências entre o Estado e a Sociedade Civil ou seja, na perspectiva de uma «Nova Laicidade», com o magno «Princípio da Subsidiariedade», que, hoje, não pode ser interpretado no sentido de que a Sociedade Civil só há-de fazer o que o Estado não pode, mas sim no sentido de que ao Estado compete fazer o que a Sociedade Civil não pode ou não quer ou efectivamente não faz... E relembria aos «revolucionários clássicos» como aos «clássicos conservadores» (que, nesta questão de velhos estereótipos centralistas, não raro se equivalem...) um super-clássico autor de esquerda (o Lenine de «O Estado e a Revolução») e um super-clássico autor de direita (o Von Hayek de «O Caminho da Servidão»). É, aliás, à luz destes são princípios da modernidade, tão de esquerda como de direita ou tão de direita como de esquerda (cujas fronteiras estão longe de estar ultrapassadas mas não passam por aí...) que ao Estado também não compete julgar, para aprovar ou para proibir, da oportunidade das livres iniciativas dos Cidadãos e da Sociedade Civil mas sim apenas fiscalizar e garantir a qualidade mínima exigível às referidas livres iniciativas, também no âmbito do Ensino e a todos os seus níveis e graus... Se necessário, como nos casos de certas «Ordens» e «Corporações» e quejandos «Lóbis», fazendo apelo «à necessidade de enfrentar os poderes fácticos que se tornou uma questão de Estado de primeira ordem» (Vital Moreira, Jornal «Público» de 12 de Fevereiro de 2002). E vêm sempre a propósito, até por razões de simples tratamento igualitário e de simples justiça distributiva, o nunca assaz louvado desafio público do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, a quando da investidura do novo Reitor da Universidade Católica: «Não queremos nem precisamos de mais subsídios da parte do Estado, queremos apenas que o Estado subsidie paritariamente todos os alunos e todas as famílias, para que possam livremente escolher a Escola que preferirem!» A tomada a sério destas tão cristãs palavras, solenemente apoiadas nos últimos tempos por vários líderes e comentaristas políticos como Durão Barroso, David Justino e Marcelo Rebelo de Sousa, se aplicadas não exclusivamente às escolas da Igreja Católica e ultrapassarem o reconhecido «constantinismo» generalizado da Igreja e da Sociedade Portuguesas, constituiria uma verdadeira «Revolução Copernicana» e faria mais pela «Educação da República» que todos os «Manifestos» publicados e a publicar!

O sistema estatal centralizado de Educação, além de arcaico, é estruturalmente injusto pela maneira desigual como trata os diversos cidadãos e respectivas famílias, segundo frequentam as Escolas Estatais ou as Escolas Particulares e é também ilegal e contra a norma da Constituição da República, que preceitua a efectiva «liberdade de ensinar e de aprender» e, de qualquer maneira e não obstante todas as

argumentações de alguns incuráveis centralistas e estatistas, irrefutavelmente contra as normas da «Declaração Universal dos Direitos Humanos», a qual, também irrefutavelmente, está acima de quaisquer outras leis e constituições e argumentos e tradições e etc! E, como tem sido ultimamente lembrado, aludindo às corajosas palavras do Moleiro Prussiano ao seu Imperador, se não houver juizes em Lisboa e em Portugal, havê-los-á com certeza em Bruxelas e na União Europeia!

Com estes pressupostos e nestas condições, faço inteiramente meu o último parágrafo do citado e criticado «Manifesto para a Educação da República»:

«Solicitamos aos Senhor Presidente da República que utilize os meios constitucionais ao seu dispor para promover a consciência e o esforço convergente dos competentes órgãos de soberania e dos cidadãos na construção de um sistema educativo que, à semelhança do que acontece noutras sociedades, forme intelectualmente e qualifique profissionalmente os Portugueses. Para que possamos ser, finalmente, o País por que todos ansiamos».

Termino, adaptando a famosa tese 11ª de Marx contra Feuerbach: «Já se fizeram demasiados discursos sobre a Educação da e na República Portuguesa, o que importa verdadeiramente agora é transformá-la!»

Lisboa, mês de Fevereiro de 2002

Caso queira poderá assinar o presente Manifesto no site hyperlink  
«<http://www.ulusofona.pt>» [www.ulusofona.pt](http://www.ulusofona.pt)